



**O Papel da Comunicação no Desenvolvimento Local:
Uma Proposta para Análise dos Modelos Difusionista e de Comunicação Participativa
na Extensão Rural¹**

**Prof. Dr Heitor Costa Lima da Rocha²
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**

RESUMO

Na perspectiva de contribuir para o enriquecimento da área da Extensão Rural para o desenvolvimento local, a presente comunicação propõe um esquema teórico para aprofundar a compreensão da ruptura iniciada por Paulo Freire diante do modelo difusionista modernizador, vislumbrando um modelo de comunicação participativa capaz de interpelar o público alvo da ação extensionista não só como produtor, mas também como ser humano integral vocacionado à superação gradativa de sua minoridade e do seu subdesenvolvimento. Neste sentido, discute as fundamentações epistemológicas e metodológicas dos dois modelos, propondo a teoria consensual da verdade, uma concepção de objetividade humanizada e um compromisso da ciência em se tornar senso comum.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Rural; Desenvolvimento local; comunicação.

1.1 Introdução

Este trabalho está baseado em projeto pesquisa que tem como objetivo o mapeamento, nos últimos cinco anos, das orientações epistemológicas e metodológicas contidas nas dissertações dos programas de pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco e das universidades federais de Santa Maria (Rio Grande do Sul) e Viçosa (Minas Gerais), os dois outros programas nacionais na área. Este projeto de pesquisa pretende dar continuidade à contribuição ao aprofundamento e aperfeiçoamento da produção científica dedicada à Extensão Rural oferecida pelo seminário nacional “O Estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil”, realizado em junho de 2008, em Itamaracá. Evidentemente, tendo como objeto empírico a análise das dissertações de mestrado dos programas citados, o projeto não tem a veleidade de se igualar, muito menos ultrapassar o exaustivo levantamento da produção dos pesquisadores seniores de todo o país na área da extensão rural e da comunicação para o desenvolvimento local discutido neste seminário nacional.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Adjunto do Departamento de Educação da UFRPE, email: heitor@nlink.com.br.



No relatório apresentado neste evento promovido pela UFRPE e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, os professores Ângelo Brás Callou, Maria Luiza Lins e Silva Pires, Maria do Rosário Andrade Leitão e Maria Salett Tauk Santos (2008, p. 9) distinguem basicamente duas concepções no ensino universitário: o tradicional “difusionismo modernizador da agricultura” e o de comunicação participativa, vislumbrado a partir da ruptura promovida por Paulo Freire (1977), com a sua obra “Extensão ou comunicação?” Neste documento, convida-nos a procurar enriquecer o acervo de conhecimentos na área diante dos novos desafios que estão colocados. Assim, o projeto está motivado pela convocação contida na questão 4 do Seminário de Itamaracá: “Tendo em vista a complexidade dos contextos rurais contemporâneos (...), não estaria na hora de incorporar outras obras que ajudassem a dar conta dessa complexidade, para além da teoria de Paulo Freire?”

Desta maneira, a presente pesquisa acredita poder fazer, a partir destas duas concepções, uma primeira clivagem na análise das dissertações que compõem o material do seu *corpus*. Em seguida, pressupomos que a concepção tradicional pode ser identificada com a reivindicação à ciência da condição monopolizadora do único conhecimento válido, menosprezando os “saberes” do senso comum (cientificismo positivista das ciências empírico-analíticas), postura identificada com as técnicas quantitativas a quem denomina de *hard science*, com a sua presunção à objetividade, como procedimento para verificar a propriedade última e inquestionável das proposições científicas (teoria da verdade como correspondência da realidade), e à convicção de poder extrair da atividade científica a influência do sistema de crenças e valores sociais e suas implicações relacionadas aos interesses ideológicos (neutralidade axiológica).

1.2 As concepções de Extensão Rural e a Teoria Social

No intuito de aprofundar o conhecimento sobre as bases do modelo tradicional na Extensão Rural (difusionismo modernizador) e do novo paradigma científico na área (comunicação participativa), conforme conceituação de Angelo Brás Callou (2006, p. 53) faz-se necessário o levantamento das orientações epistemológicas/metodológicas que fundamentam as duas concepções.

Para a consecução desta empresa de identificação das características essenciais que norteiam a pesquisa, o ensino, a extensão e a prática na área, é relevante conceituar as políticas e estratégias de comunicação para o desenvolvimento local no âmbito da



concepção da comunicação participativa, o que evidentemente implica a inclusão da discussão no contexto da teoria social.

Neste sentido, diante dos desafios enfrentados pela contemporaneidade em busca de uma sociedade com padrões de convivência social com menores níveis de conflito e violência, maior sentimento de pertencimento e sentido, ou seja, melhor qualidade de vida (desenvolvimento), a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas (2001) parece evidenciar-se como um modelo de análise da realidade social capaz de identificar e explicar a escassez de sentido produzido pelas tendências anômicas, apontando os princípios do agir comunicativo como essenciais à solidariedade imprescindível à construção de um mundo menos ameaçado, mais humano e justo, como o pretendido pelo desenvolvimento local almejado pela extensão rural.

Assim, um dos maiores obstáculos ao empoderamento dos cidadãos, especialmente na situação de indigência sofrida pela grande maioria das comunidades populares no meio rural brasileiro, reconhecidamente, é o déficit cultural/simbólico que se constitui num fator de minoridade, dependência heteronômica na construção da consciência e visão de mundo destes atores sociais. Este empoderamento, portanto, reveste-se do significado de um processo de descolonização do mundo da vida, conforme a ética do discurso de Jürgen Habermas (1989).

Os princípios do discurso e de universalização, pressupostos de uma ética do discurso como procedimento para descolonizar o mundo da vida (a noção que as pessoas têm da realidade), funcionam como a exigência de acesso generalizado ao processo de construção de sentidos, no primeiro caso, e de que os consensos estabelecidos devam ser reconhecidos como racionalmente válidos por todos os concernidos, aqueles afetados pelos assuntos tratados, no segundo³. Fora desses princípios, não se pode deixar de reconhecer uma comunicação sistematicamente distorcida, que produz pseudo-consensos favoráveis a posicionamentos que se apresentam como expressão do bem comum, quando não passam de interesses particulares poderosos que se impõem como pretensões de força (facticidade), coações

³ A questão da formação do sentido nos consensos envolve uma inconclusa polêmica de Richard Rorty e Habermas. Embora ambos descartem a concepção da verdade como correspondência da realidade, Rorty considera o conceito de verdade como determinação efetiva do contexto existente na comunidade de comunicação, enquanto Habermas defende a possibilidade da universalização como aproximação: um exercício de idealização que os indivíduos exercitam toda vez que questionam, numa postura pos-convenção, a justiça ou correção de um valor, norma ou lei estabelecida, o que propicia um processo de aprendizado progressivo visando a superação das coações que cerceiam a soberania de seu discernimento, a sua autonomia. [Ver SOUZA, José Crisóstomo de (Org.). Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty e Habermas. São Paulo: Editora UNESP].



alheias ao discernimento dos envolvidos (HABERMAS, 1997). Esta sofisticada operação ideológica representa a supremacia da racionalidade instrumental, através de seus meios de controle sistêmicos dinheiro e poder, sobre a racionalidade comunicativa, lógica construída intersubjetivamente, única capaz de gerar solidariedade e coesão (legitimidade) social. Assim, podemos reconhecer na descrição das duas concepções de Extensão Rural a dicotomia racionalidade instrumental/racionalidade comunicativa, respectivamente vinculadas ao difusionismo modernizador e à comunicação participativa.

A extremamente injusta desigualdade enfrentada pelo recurso da solidariedade contra os meios de controle sistêmico da mercantilização e da burocratização das forças político-partidárias que usurpam o aparelho de Estado é uma consequência da fragmentação da consciência e do enfraquecimento da subjetividade que a comunicação de massa provoca através do individualismo hedonista, resultante da adoração bíblica do “bezerro de ouro”, hoje significando, na teologia do mercado, a deificação do dinheiro: “é bem possível que a ideologia “oficial” de nossa sociedade seja o espiritualismo cristão, mas sua base real não é outra senão a idolatria do Bezerro de Ouro, o dinheiro” (ZIZEK, 1996, p. 25).

O ceticismo quanto a formas alternativas de convivência social, especialmente na produção das condições materiais de sobrevivência, reflete a colonização do mundo da vida pela racionalidade instrumental, que, com sua ênfase utilitarista, inviabiliza o desenvolvimento dos vínculos compartilhados intersubjetivamente que servem de base aos empreendimentos solidários. Assim, o modelo econômico dificulta a construção de uma “sociedade antiutilitarista, mais inclusiva e democrática”, pretendida por muitos estudiosos contemporâneos, como observa Maria Luiza Lins e Silva Pires (2006 b, p. 11).

Desenvolvendo uma reflexão a partir da idéia de dádiva, de Marcel Mauss, a pesquisadora aponta elementos que se sintonizam com o modelo habermasiano na denúncia de que “a sociedade não se reduz à lógica do mercado ou à lógica do estado, mas que traduz uma pluralidade de lógicas não redutíveis entre si. O tecido social se exprime, portanto, por valores não materiais como: bondade, doação, confiança, solidariedade” (PIRES, 2006 b, p. 12).

Segundo Pires (2006 b, p. 12-13), “uma nova ética social a partir das discussões em torno da economia ou do terceiro setor têm como pressuposto a ampliação do espaço



democrático, através de políticas mais inclusivas e da participação mais ativa do cidadão nos destinos da coletividade”.

1.3 A superação do cientificismo, linguagem e transformação social

Na defesa da possibilidade da racionalidade comunicativa, que confere à sua teoria a denominação de nova escola de Frankfurt, Habermas vai buscar no Wittgenstein maduro (Investigações filosóficas), a noção do uso ordinário da linguagem para afastar o cientificismo, que concedia a exclusividade do conhecimento válido à ciência, para afirmar a competência lingüística do ser humano. Segundo ele, a pragmática demonstra como a linguagem é viável através de uma estrutura de sentido compartilhada intersubjetivamente, que também, ao mesmo tempo que fundamenta o consenso social, possibilita aos indivíduos negociarem coletivamente a ressignificação dos conteúdos existentes no mundo da vida. É neste sentido que Barbero vai destacar a importância da proposta da racionalidade comunicativa de Habermas.

Resgatar o sentido comum é resgatar esse viver cotidiano como espaço de produção de conhecimento e como espaço de produção e troca de sensibilidade. Interessante que Habermas tenha tido a coragem de dizer que a categoria central de uma teoria social crítica, hoje, já não é mais a categoria do trabalho, mas a categoria da comunicação. O que me parece sintomático e precioso para os investigadores sociais é que Habermas, um marxista em tempo integral e grande continuador da Escola de Frankfurt, diga que a categoria central para poder investigar o social não é mais o trabalho, não é mais a produção, é a comunicação (BARBERO, 1995, P. 60).

No lado oposto da dicotomia das concepções sobre a Extensão Rural, é necessário descrever as características do modelo de comunicação participativa. Durante a década de 60, o acirramento do debate promovido contra os pressupostos positivistas da ciência social tradicional e o “prodigioso” impacto das idéias estruturalistas e pós-estruturalistas estimularam a busca de um novo paradigma científico através de uma perspectiva epistemológica denominada por uns de construtivismo e por outros de construcionismo. Embora não haja uma definição única desses termos, pode-se identificar algumas características-chave compartilhadas nessa perspectiva epistemológica: a) a postura crítica com respeito ao conhecimento dado, aceito sem discussão, e um ceticismo com respeito à idéia de que as observações sobre o mundo revelam, sem problemas, sua natureza autêntica; b) o reconhecimento de que as maneiras como normalmente se compreende o mundo são histórica e culturalmente específicas e relativas; c) a convicção de que o conhecimento é socialmente construído, isto é, que as maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas não pela



natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais; d) o compromisso de explorar as maneiras como os conhecimentos – a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas – estão ligados a ações/práticas (GILL, 2002, p. 245).

Esta mudança de paradigma científico, conhecida como “Guinada Lingüística”, representou a substituição da consciência pela linguagem, como critério de racionalidade por excelência. A razão, restrita ao âmbito da subjetividade individual pela filosofia da consciência, passa a poder ser concebida em um espaço que extrapola os limites do indivíduo isolado e que se convencionou chamar de intersubjetividade, onde se tornou um produto humano coletivo destrancendentalizado, ou seja, não mais resultado da ação de um sujeito transcendental. Assim, a questão da transcendência (capacidade do ser humano de construir conhecimento) transborda os limites da mente para envolver a base de um saber compartilhado intersubjetivamente, que implica o reconhecimento de que o mundo só se dá a conhecer, como coisa relatada, através da linguagem. Desta maneira, a idéia de um acesso direto ao conhecimento do mundo não procede, pois, como salienta Habermas (2004, p. 45), “a realidade com a qual confrontamos nossas proposições não é uma realidade ‘nua’, mas já, ela própria, impregnada pela linguagem.”

A linguagem, portanto, passou a ser reconhecida como o *locus* onde a razão se expressa e o que distingue a humanidade da natureza. Isso significa não só que a racionalidade se manifesta através do uso da linguagem, mas, sobretudo, que “só podemos conhecer a razão através desse seu meio privilegiado de expressão (a natureza da linguagem se deixa analisar e nos revela aspectos da racionalidade)” (ARAGÃO, 2002, p. 90).

A partir dessa crítica que a filosofia da linguagem dirigiu contra a filosofia da consciência, modificou-se a fonte de legitimação que a filosofia clássica havia estabelecido para os fenômenos de consciência, a autoconsciência do sujeito. Com isso, passou-se a exigir que o acesso direto aos fenômenos de consciência, às representações, fosse substituído por um exame indireto, através da análise das expressões lingüísticas utilizadas para transmitir pensamentos. Assim, foi possível verificar que a forma das sentenças é determinada por “razões sintáticas” e que nelas existe uma lógica inerente, o que possibilita a reconstrução racional das regras gramaticais empregadas, tendo em vista a existência de uma estrutura racional da linguagem que usamos inconscientemente (ARAGÃO, 2002, p. 92).



Assim, dentro desse contexto intersubjetivo, o que se concebe como razão e verdade deixa de ser restrito ao âmbito individual do sujeito transcendental (mentalismo), para ser construído no espaço coletivo da intersubjetividade como noções provisórias, jamais concluídas, visto que, como seres em processo, estamos sempre retematizando os consensos sociais, sobre o que se acredita como real, como um dissenso continuado, sob a perspectiva da “coação da realidade” (Habermas, 1987, p. 119-120), as pressões exercidas pelo espectro existente entre a nossa representação e a própria realidade. Bárbara Freitag observa que o fato de não se pretender mais a correspondência perfeita da representação com a realidade, ou seja, uma concepção de verdade absoluta, não diminui a importância desses conceitos destranscendentalizados, humanizados, para a estabilização de nossa vida cotidiana, permitindo a suspensão da dúvida nas ações práticas, enquanto no âmbito do discurso podemos suspender as convicções em busca do entendimento para ampliação do sentido e da legitimação social.

A universalização pressuposta nos consensos, por sua vez, não será nunca uma realização plena, mas um ideal de aproximação, pois o falibilismo não permite imaginar produtos humanos perfeitos, válidos para todas as pessoas, em todos os lugares e em todos os tempos. Contudo, Habermas também vai explicar o princípio de universalização na capacidade do ser humano de distinguir entre as pretensões de validade com respeito ao mundo objetivo das coisas e estados de coisas, em que a simples verificação de existência legitima a proposição, das pretensões de validade relativas ao mundo social, em que a constatação de que um valor, um princípio, uma norma e mesmo uma lei existem de fato não implica na sua legitimação, uma vez que é preciso que se mostrem corretos e justos. O ser humano tem competência para realizar essa idealização de suas condições de vida, tematizando, problematizando e, algumas vezes, ressignificando intersubjetivamente os consensos estabelecidos. Daí a possibilidade de transcendência, de aprendizagem, de um processo coletivo que, gradativamente, vai criando espaços de emancipação de tutelas, de assunção de responsabilidade e autonomia, promovendo um empoderamento crescente da comunidade e sua cidadania ativa.

Portanto, não se deve esperar um processo de transformação perfeito, como fazia o modelo de Difusão de Inovações Tecnológicas, mas um caminho cujas decisões sempre serão limitadas por condicionamentos sociais, históricos e culturais, não sendo, pois, jamais perfeitas, mas, como em situações vivenciadas coletivamente, o próprio



reconhecimento dos erros e equívocos sempre tornará a comunidade mais sábia e coesa para buscar o desenvolvimento local sustentável.

1.4 Comunicação, ciência e senso comum

Neste sentido, Boaventura de Souza Santos vai corroborar o deslocamento da ênfase na análise social do campo da produção e do trabalho para o âmbito comunicativo, pois, enfim, “o mundo é comunicação e, por isso, a lógica existencial da ciência pós-moderna é promover a situação comunicativa tal como Habermas concebe” (SANTOS, 2000, p. 45).

A distinção entre o conhecimento científico e o senso comum também é revista na análise de Santos. Para ele, a ciência moderna distinguiu-se desqualificando o senso comum como falso, ilusório e superficial, mas, com isso, desprezou algumas virtualidades dessa forma de conhecimento (visão de mundo pragmática assente na ação e no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais, bem como compromissada com a transparência e o princípio da igualdade de acesso ao discurso e às competências cognitivas e lingüística), que podem ser enriquecer a sua relação com o mundo, com a distinção utópica e libertadora que pode ser potencializada através do diálogo com o pensamento científico.

Na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum. O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum (SANTOS, 2000, p. 57).

É neste sentido que Maria Salett Tauk Santos (2008) chama atenção para a importância que o conceito de pesquisa-ação de Michel Thiollent assume para a Extensão Rural e o Desenvolvimento local, considerando-a “uma perspectiva teórico-metodológica das mais vigorosas no âmbito da pesquisa acadêmica” (TAUK SANTOS, 2008, p. 113). Segundo Tauk Santos (2008, p. 113)

A pesquisa-ação nasce das entranhas do pensamento crítico na pesquisa social, com a ambiciosa intenção de se constituir, ao mesmo tempo, numa perspectiva capaz de gerar conhecimentos sobre situações problemáticas e oferecer aos pesquisadores conhecimento e ferramentas para uma ação transformadora de tais situações.

Neste sentido, destaca que uma pesquisa pode ser classificada de pesquisa-ação

quando houver uma ação por parte das pessoas envolvidas no problema observado; que esta ação seja uma ação problemática que necessite investigação para ser elaborada e conduzida; e cujos



pesquisadores desempenhem um papel ativo na busca de solução para os problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desenvolvidas em função dos problemas (THIOLLENTE, 1986 apud TAUKE SANTOS, 2008, p. 114).

Portanto, nas considerações de Tauke Santos sobre os princípios que fundamentam a pesquisa-ação enquanto estratégia metodológica da pesquisa social, fica evidente a convergência com o compromisso atribuído por Boaventura de Souza Santos à ciência que pretende se transformar em senso comum.

2 Objetivos e Metas

2.1 Objetivo Geral:

Este projeto de pesquisa tem o objetivo de elaborar uma descrição detalhada das orientações epistemológicas e metodológicas que fundamentam as dissertações do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, bem como analisar a sua inserção no cenário nacional, com um levantamento similar das dissertações dos últimos cinco anos dos programas de pós-graduação das universidades de Santa Maria (Rio Grande do Sul) e Viçosa (Minas Gerais), traçando um quadro comparativo do estado da arte dos respectivos paradigmas científicos.

2.1 Objetivos Específicos:

- refinar as regras adotadas pela “ciência normal” (atividade de pesquisa científica estável verificável em um paradigma científico) para conceber e solucionar problemas concretos ou “quebra-cabeças” como modelos ou exemplos aceitos como legítimos pela comunidade científica nacional e/ou internacional;
- perscrutar possíveis “anomalias”, ou seja, pontos que o escopo do paradigma estabelecido não consiga resolver ou explicar adequadamente;
- desenvolver elaborações buscando construir embasamento teórico para superação dessas omissões ou falhas que configurem crises do paradigma vigente;
- discutir a possibilidade das novas referências teóricas subsidiarem um novo paradigma científico para a área da extensão rural e desenvolvimento local.



2.3 Metas:

- Mapear o paradigma científico subjacente nas dissertações do Programa de Pós-Graduação e Extensão Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- Mapear o paradigma científico subjacente nas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (RGS).
- Mapear o paradigma científico subjacente nas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (MG).
- Traçar um quadro comparativo dos paradigmas dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento da UFRPE e de suas congêneres do Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

3 Metodologia

3.1 O conceito de paradigma e a legitimação da ciência

No sentido que lhe atribui Thomas Kuhn (2007, p. 220), por paradigma pode-se entender “toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada” (KUHN, 2007, p. 220).

A despeito de persistir residualmente a tradição de atribuir à objetividade (uma característica fundamental do cientificismo positivista) a dimensão extraordinária de revelar magicamente a verdade absoluta da realidade (a ciência como espelho da natureza) e, assim, possibilitar a verificação/comprovação de um conhecimento perfeito, completo e acabado, esta presunção já foi refutada até por expoentes do positivismo lógico como Karl Popper, com a sua teoria do falsificacionismo. Para Thomas Kuhn (2007, p. 132)

Esta interpretação, estreitamente associada com as etapas iniciais do positivismo lógico e não rejeitada categoricamente pelos estágios posteriores da doutrina, restringiria o alcance e o sentido de uma teoria admitida, de tal modo que ela não poderia de modo algum conflitar com qualquer teoria posterior que realizasse predições sobre alguns dos mesmos fenômenos naturais por ela considerados.

Explicitando o seu entendimento de “experiências anômalas”, Thomas Kuhn (2007, p. 188) vai ainda mais longe questionando a própria possibilidade do falsificacionismo:

(...) Karl Popper (...) nega a existência de qualquer procedimento de verificação. Ao invés disso, enfatiza a importância da falsificação, isto é, do teste que, em vista de um resultado negativo, torna



inevitável a rejeição de uma teoria estabelecida. O papel que Popper atribui à falsificação assemelha-se muito ao que este ensaio confere às ‘experiências anômalas’, isto é experiências que, ao evocarem crises, preparam caminho para uma nova teoria. Não obstante, as experiências anômalas não podem ser identificadas com as experiências de falsificação. Na verdade, duvido muito de que essas últimas existam.

Para Michel Thiollent (2008, p. 95), “a objetividade é sempre relativa e remete ao consenso dos pesquisadores dentro de uma concepção da investigação científica que não é única”. Na explicação de seu conceito, Thiollente (2008, p. 104) acrescenta que

O controle da objetividade relativizada consiste num controle das distorções durante a fase de coleta de dados, baseado na análise da linguagem dos interlocutores. O controle ocorre também no diálogo, com o intuito de se chegar a uma suficiente compreensão e consenso acerca das interpretações do que está sendo observado ou transformado.

Assim, sem o recurso a um procedimento mágico para garantir o acesso à verdade absoluta (mito da objetividade), não se pode prescindir da teoria consensual da verdade para legitimação das proposições científicas através de seu reconhecimento como racionalmente válidas pela comunidade dos investigadores científicos.

Na escolha de um paradigma, - como nas revoluções políticas – não existe critério superior ao consentimento da comunidade relevante. Para descobrir como as revoluções científicas são produzidas, teremos, portanto, que examinar não apenas o impacto da natureza e da lógica, mas igualmente as técnicas de argumentação persuasiva que são eficazes no interior dos grupos muito especiais que constituem a comunidade dos cientistas (KUHN, 2007, p. 128).

Finalmente, um insuspeitado pesquisador da área das “*hard sciences*” como Kuhn conclui seu livro com um argumento contundente em favor da imprescindível importância do processo de legitimação, que só a integração na comunidade dos investigadores científicos pode propiciar, para valorizar a produção científica:

O conhecimento científico, como a linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada. Para entendê-lo, precisamos conhecer as características essenciais dos grupos que o criam e o utilizam (KUHN, 2007, p. 260).

3.2 Pluralismo Epistêmico



A despeito do embate travado contra o objetivismo e cientificismo da filosofia positivista encravada nas ciências empírico-analíticas, que, segundo Habermas, precisam ser relativizados pela dúvida radical do falibilismo, Habermas não descarta esta tradição científica. Tampouco as ciências histórico-hermenêuticas, que, para ele, carecem de uma pretensão quase-transcendental – não em busca de leis causais absolutas para os fenômenos sociais, mas o suficiente para ir além da interpretação dos sentidos dos casos particulares, almejando a construção de tendências teóricas mais amplas e abrangentes para otimização do esforço científico. Feitas essas ressalvas, ele considera essas tradições científicas, com os seus cânones e métodos, como a questão das técnicas quantitativas e qualitativas, complementares e não excludentes. Este pluralismo epistêmico e metodológico, associando a visão externa da mensuração das ciências empírico-analíticas com a visão interna da interpretação de sentidos das ciências histórico-hermenêuticas, uma postura que, certamente, poderá enriquecer a pesquisa na área da extensão rural e, conseqüentemente, as associações cooperativas e os empreendimentos econômicos solidários que são almejados pela extensão rural para consecução do desenvolvimento local. Desta maneira, serão aplicadas técnicas qualitativas (análise de discurso) como quantitativas (análise de conteúdo), para ampliação das possibilidades de construção de conhecimento, conforme a consideração dos pesquisadores da Universidade de Londres Martin Bauer e George Gaskell (2002, p. 24), seguindo a concepção do pluralismo epistêmico/metodológico de Habermas.

3.3 Definição dos procedimentos metodológicos

As dissertações dos últimos cinco anos dos programas de pós-graduação na área da Extensão Rural serão analisadas sob a perspectiva hipotética de constatação da procedência da dicotomia difusionismo modernizador/comunicação participativa.

Para caracterização da concepção difusionista modernizante, serão utilizadas as seguintes categorias analíticas:

- a) cientificismo;
- b) mito da objetividade; e
- c) neutralidade axiológica.

Para caracterização da concepção da comunicação participativa, serão utilizadas as seguintes categorias analíticas baseadas na descrição do paradigma construtivista de Rosalind Gill (2002):

- a) criticidade com relação ao conhecimento aceito sem discussão e ao entendimento de que nossas observações sobre o mundo refletiriam sua natureza autêntica;



- b) pressuposição das visões do mundo como histórica e culturalmente específicas e relativas;
- c) determinação do conhecimento pelos processos sociais e não pela própria natureza do mundo; e
- d) reconhecimento de que os sentidos e identidades das pessoas, problemas e fenômenos sociais são construídos nas interações simbólicas concretas e práticas vivenciadas no cotidiano.

No âmbito da comunicação participativa, também será verificada a coerência das dissertações analisadas com os princípios descritos por Thiollent para a pesquisa-ação:

- “Interação entre pesquisadores e população investigada.
- “Hierarquização dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas materializadas em ações concretas.
- “Identificação da situação social e os seus problemas como objeto de pesquisa.
- “Busca de solução ou esclarecimento dos problemas da situação observada.
- “Acompanhamento das decisões dos atores envolvidos na situação em estudo.
- “A intenção de aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o ‘nível de consciência’ das pessoas e grupos considerados” (THIOLENT, 1986 apud TAUKE SANTOS, 2008, p. 115).

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Lúcia. Habermas: filósofo e sociólogo do nosso tempo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; LEITÃO, Maria Rosário F. Andrade; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; TAUKE SANTOS, Maria Salett. O estado da arte do ensino da Extensão Rural no Brasil: relatório de pesquisa. Recife: Gráfica Artimpresso, 2008.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Estratégias de comunicação em contextos populares: implicações contemporâneas no desenvolvimento local sustentável. In: TAVARES, Jorge; RAMOS, Ladjane (Orgs.) Assistência técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico. Recife: Edições Bagaço, 2006.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



GILL, Rosalind. *Análise de discurso*. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *A teoria da ação comunicativa*. Madri: Taurus, v. I e II, 2001.

_____. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PIRES, Maria Luiz Lins e Silva. *O cooperativismo para além do mercado e do estado: a solidariedade em debate*. In: CALLOU, Ângelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett (Orgs.). *Associativismo e desenvolvimento local*. Recife: Bagaço, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

SOUZA, José Crisóstomo de (Org.). *Filosofia, racionalidade, democracia: os debates Rorty e Habermas*. São Paulo: Editora UNESP.

TAUKE SANTOS, Maria Salett. *Metodologias em Extensão Rural: a pesquisa-ação em debate*. In: LEITÃO, Maria Rosário F. Leitão (Org.). *Extensão Rural, Extensão Pesquisa: experiências cruzadas*. Recife: Fasa, 2008.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2008.

ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.